



Biomédicos – Atuação na área de radiografia e radiodiagnóstico

De tempos em tempos, as clínicas e hospitais onde os Médicos Radiologistas atuam se submetem à fiscalização dos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia. E apesar desses Conselhos possuírem o poder/dever de fiscalizar e regular o exercício profissional dos tecnólogos e técnicos, inclusive combatendo o exercício indevido da profissão com a aplicação de sanções administrativas (advertência, multa, suspensão, exclusão, etc), o fato é que têm sido comum exigências que não estão afetas à competência dessas entidades.

ASSUNTO LEGAL

Tal situação se verifica especialmente no tocante à **não aceitação de BIOMÉDICOS nos serviços de radiografia e radiodiagnóstico, com a conseqüente imposição, aos profissionais (biomédicos) e empregadores (médicos, clínicas e hospitais que atuam na área de radiodiagnóstico) de multa pecuniária por suposto exercício ilegal da profissão e emprego de mão-de-obra não qualificada, respectivamente.**

No Estado de São Paulo, o CRTR-5ª Região tem adotado procedimento de aplicação sistemática de multas, à revelia do disposto no **artigo 5º, incisos II e III, da Lei Federal nº 6.684/79, que atribui competência aos Biomédicos para realizar serviços de radiografia** (excluída a interpretação) e atuar, sob supervisão do médico radiologista, em serviços de radiodiagnóstico.

A situação exposta tem causado indevido obstáculo aos associados do Colégio para a contratação de biomédicos para atuarem nas áreas de radiologia e radiodiagnóstico sob supervisão médica, de tal modo que a questão foi levada ao Judiciário.

Nesse passo, o CBR promoveu ação em face do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 5ª Região – SP, visando impedir as atuações e a aplicação de multas aos estabelecimentos associados à ABCDI que empregam

biomédicos no exercício da radiologia e radiodiagnóstico, bem como a suspensão das multas já impostas pelo referido Conselho.

Em 18 de dezembro passado, a Justiça Federal de São Paulo, ao apreciar pedido de tutela antecipada, deferiu a liminar pleiteada pelo Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem e determinou ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia que se abstenha de atuar as clínicas associadas à ABCDI pelo emprego de biomédicos nos serviços de radiologia, suspendendo, ainda, a execução das multas impostas aos estabelecimentos médicos por esse mesmo fundamento, até decisão final.

Importante destacar que ao apreciar o pedido feito pelo CBR, bem como a defesa apresentada pelo CRTR-5ª Região (São Paulo), a Meritíssima Juíza da 12ª Vara Federal de São Paulo entendeu presentes os pressupostos autorizadores para a concessão da liminar, tendo enfatizado que *“verificou que os profissionais com formação em biomedicina estão legalmente habilitados para o exercício das atividades prestadas pelos associados do autor, nos termos do artigo 5º da lei nº 6.684/97.”*

A conduta do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 5ª Região, como bem assentado na respeitável decisão judicial retrocitada, é absolutamente ilegal, posto